



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
1ª VARA CÍVEL
R. SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760

SENTENÇA

Processo Físico nº: **0010252-62.2013.8.26.0566**
 Classe - Assunto: **Exibição - Medida Cautelar**
 Requerente: **Francisco Cesar Sena e Mota**
 Requerido: **Banco Safra Sa**
 Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Milton Coutinho Gordo**

CONCLUSÃO

Aos 11 de julho de 2014, faço estes autos
 conclusos ao MM. Juiz de Direito, o Exmo. Sr.
 Dr. **MILTON COUTINHO GORDO.**

Eu,....., esc., digitei e subscrevi.

Processo nº 1020/13

Vistos

FRANCISCO CESAR SENA E MOTA ajuizou a presente **MEDIDA CAUTELAR DE EXIBIÇÃO DE DOCUMENTOS** em face de **BANCO SAFRA S/A**, todos devidamente qualificados.

Busca que sejam exibidas em Juízo cópias dos contratos que diz ter firmado com o requerido e respectivos extratos, desde a abertura da conta, para que possa instruir possível ação revisional.

O requerido foi citado, contestou e apresentou documentos às fls. 32/59 e 69/72.

Na sequência, intimado a se posicionar, o autor permaneceu inerte (cf. fls. 78).

É O RELATÓRIO.

DECIDO.

O esgotamento da via administrativa não é condição indispensável ao ajuizamento da ação. Fica, assim, rechaçada a questão preliminar.”



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
1ª VARA CÍVEL
R. SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760

No mais, a presente medida cautelar tem caráter satisfativo. Sua finalidade é a exibição e posterior conferência de documentos que se encontravam em poder do requerido e são “comuns” ao autor, seu cliente/segurado.

Após a citação, o requerido veio a juízo a fls. 32/59 e 69/72 e apresentou os documentos solicitados.

Na sequência, o autor foi intimado especificamente para se manifestar sobre os documentos juntados aos autos, mas preferiu silenciar (fls. 78).

Esse silêncio só pode ser recebido como satisfação da pretensão.

A presente decisão tem, assim, conteúdo meramente homologatório, uma vez que não houve resistência efetiva do requerido contra o pedido inicial.

No mais, alcançada a finalidade sem resistência, não há que se falar em sucumbência.

Isso posto, **JULGO POR SENTENÇA** a presente ação e, isento o requerido do pagamento de encargos da sucumbência, na forma e condições acima.

P. R. I.

São Carlos, 01 de agosto de 2014.

MILTON COUTINHO GORDO
Juiz de Direito

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**